

DIÁLOGO ECUMÊNICO E INTERRELIGIOSO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO
LATO SENSU
FLORIANÓPOLIS - SC

Justificativa

Em nossos tempos, intensificam-se as interpelações do pluralismo eclesial e religioso para a consciência da fé cristã e da Igreja, exigindo de cada cristão um espírito de diálogo com as diferentes tradições eclesiais e religiosas. Os caminhos percorridos pelo diálogo ecumênico e interreligioso manifestam esse espírito, buscando a convivência e a cooperação entre igrejas e religiões. Isso exige um “refazer a teologia na perspectiva do diálogo”, para que ela melhor oriente os que percorrem os caminhos que conduzem a convergências e, inclusive, possíveis consensos entre as diferentes concepções de Deus, da Revelação, da Igreja, do ser humano, da obra da criação, da sociedade, etc., apresentadas pelas igrejas e religiões.

Cronograma

(360 hs/aula – 24 créditos)

1ª etapa: de 02/02 a 14/02 de 2004

2ª etapa: de 12/07 a 24/07 de 2004

3ª etapa: de 31/01 a 12/02 de 2005

Pré-requisito

Graduação em alguma área das ciências humanas ou em teologia

Inscrição

As fichas de inscrição deverão ser enviadas até 31 de dezembro de 2003

Número de vagas: 50

Local de funcionamento: dependências do ITESC

Informações

INSTITUTO TEOLÓGICO DE SANTA CATARINA – ITESC

Dep. Antônio E. Vieira – 1524 C.P. 5041

88040 – 970 – Florianópolis – SC

Fone/fax: (48) 234 0400

E-mail: deir.itesc@terra.com.br

A fome e a pobreza são dois flagelos, sob os quais os habitantes dos diversos países têm sofrido há milênios. Na luta contra a fome e a pobreza, alguns povos antigos foram vitoriosos, ao passo que outros sucumbiram. Porém, seria errôneo atribuir a sobrevivência unicamente à vitória sobre a fome ou ao fato de terem resolvido o problema da pobreza, porque outros fatores fora do setor econômico são igualmente relevantes. O que a Bíblia tem a dizer sobre isso é que a ação humana não se restringe ao âmbito econômico, mas inclui também a convivência comunitária. Aí é que se dá a evolução das atividades sociais na superação das carências, no combate à desnutrição, na luta contra a resignação fatalista, no embate contra o aviltamento da dignidade da pessoa humana em situação de indigência, e na busca da sobrevivência em meio à deteriorização da vida.

A Fome na Bíblia

*Luís I.J. Stadelmann, SJ **

* O Autor é Jesuíta, Doutor em Língua e Literatura Semítica e Mestre em Ciências Bíblicas, e Professor no ITESC.



Introdução

Países de clima semi-árido e temperado como também regiões à beira-mar e nas bandas do deserto são o habitat das populações do cenário bíblico. O fator comum a todas elas é a migração esporádica de um país a outro durante períodos de estiagem, embora, durante meses de seca, houvesse as cisternas, as fontes perenes e alguns rios que abasteciam de água potável moradores e rebanhos. Quando faltavam as chuvas, as plantações secavam, pois sem um sistema de irrigação a serviço dos agricultores, não havia meios de assegurar produção nem colheita.

História dos Patriarcas

A transumância é o modo de subsistência ilustrado na história dos Patriarcas. Relata-se aí o itinerário de grupos nômades pelos campos e regiões semi-áridas em busca de pastagens para os rebanhos, e meios para os beduínos sobreviverem na pobreza e em tempos de carestia (Gn 12-50). O problema da fome no país é mencionado na história de Abraão e Isaac¹, forçando os nômades da região da Judéia a migrar para o Egito (Gn 12,10) e para Gerara, na terra dos filisteus (Gn 26,1). A escassez de recursos naturais para a subsistência da população, como podemos constatar na história dos Patriarcas, no livro do Gênesis, é o pano de fundo da baixa densidade populacional na Palestina, durante a segunda metade do II. milênio a.C. É de lembrar-se que a história de José visa relatar em forma dramatizante a causa da migração dos hebreus para o Egito², a saber, a situação de miséria e a fome prolongada na Palestina

¹ No Sl 105,12-15 trata-se dos Patriarcas em Canaã. Como migrantes desprovidos de toda proteção humana, os Patriarcas se beneficiavam da especial proteção de Deus, pois, como eleitos de Deus, eram os "ungidos" e "profetas" em função do testemunho de sua fé na revelação divina, no contexto histórico em que viviam.

² O termo "hebreu" veio a designar, na Antigüidade, gente sem direito de cidadania e, por serem migrantes, os que transitavam de um país para outro. Convém distinguir, porém, entre conotações específicas do termo "hebreu" nos textos bíblicos, designando os israelitas etnicamente ou caracterizando uma condição social (cf. Ex 21,2-6; Dt 15,12-18; Jr 12-18; Jr 34,8-22). Chamamos a atenção para o uso do termo "hebreu" na boca dos egípcios e filisteus, tendo conotação de desprezo, como expressão de discriminação da população autóctone contra o estrangeiro, e da classe abastada contra os pobres. O termo "hebreu" veio a designar, em Israel, a condição sob opressão estrangeira, enquanto que, em época tardia, se torna sinônimo de "israelita" (Jn 1,9; Gn 14,13); esse significado se mantém até hoje. Convém salientar que o grupo social, designado por *'apiru / habiru*, não tem relação alguma com os antepassados de Israel. Cf. R. de VAUX, *Instituições de Israel no Antigo Testamento*, (trad. D. Oliveira), São Paulo, Ed. Paulus, 2003, (original francês 1957), p. 108. Veja-se também o capítulo "Hapiru ou Hébreux", de H. CAZELLES, *Histoire politique d'Israël*, Paris 1982, p. 79s. H. ENGEL, *Die Vorfahren Israels in Ägypten*, Frankfurt a.M. 1976, Exkurs I, p. 179-182.



(Gn 37-50). A solução, porém, não consistiu simplesmente em dar pão aos refugiados e desvalidos em situação de carência, mas em providenciar um lugar para moradia e meios de sustento na região do delta do Nilo, no território de Gessen (Gn 47,1). Pois a carência alimentar reduziu a população de pobreza extrema a uma situação de fome endêmica. Era mister conscientizar essa gente depauperada de que precisavam emergir da situação infra-humana e valorizar a dignidade humana, contribuindo com o trabalho e com a colaboração em comum. Os laços que se criam entre os que convivem e trabalham juntos são também dos mais estreitos e dos mais necessários para o desenvolvimento da pessoa. O trabalho não é só produção, é convivência.

Os israelitas no Êxodo

Os eventos da primeira fase do Êxodo gravitam em torno da intervenção divina³, ressaltando-se a atuação do Deus libertador, que suscita a iniciativa humana para concretizar seu projeto de vida, e do Deus protetor, que, na marcha pelo deserto, intervém em favor dos hebreus, em situações que ameaçam sua existência pela fome (Ex 17,1-7), sede (Ex 17,1-7), agressão externa (Ex 17,8-16) e divisão interna (Ex 18). O impacto da dimensão religiosa sobre a convivência humana, à mercê de condições adversas que afetam a própria sobrevivência do grupo social, tem sua comprovação na necessidade de uma força espiritual que determina todos os demais fatores econômicos e políticos. Eis, pois, a ênfase na implicação da Aliança de Deus com o povo de Israel, porque o destino histórico de Israel está ligado ao desígnio salvífico de Deus na história. Se esse povo deixasse de existir, Deus não teria um povo a seu serviço para estender sua influência sobre os outros povos e para dar seqüência à história da salvação. Ele ficaria desprovido da comunidade que representa sua mão com a qual atua no meio da humanidade.

Para combater a fome na marcha pelo deserto, os israelitas alimentavam-se do "maná". Segundo a narração bíblica, tratava-se de um fenômeno ambiental da península do Sinai.

³ A "intervenção" de Deus em favor dos desvalidos tem por finalidade ressaltar a imagem de um Deus comprometido com os israelitas, por ser o povo da Aliança sagrada, não tendo nada a ver com a idéia de um Deus intervencionista. Veja-se também Andrés Torres QUEIRUGA, "La imagen de Dios en la nueva situación cultural", em *Selecciones de Teología*, Vol. 43, Abril-Junio 2004, N° 170, p. 103-116, esp. p. 107s. O fato de apelar-se a Deus para "intervir" em favor do Povo Eleito tem por base a comunidade dos fiéis da qual Deus faz parte porque é o Autor da Aliança, e por isso não se trata de indivíduos avulsos em situação de miséria que apelam a um Deus intervencionista, mas do conjunto de fiéis socorridos por Ele.



Era o décimo quinto dia do segundo mês, depois que tinham saído do Egito. Toda a comunidade dos filhos de Israel murmurou contra Moisés e Aarão no deserto: “Antes fôssemos mortos pela mão de Javé na terra do Egito, quando estávamos sentados junto às panelas de carne e comíamos pão com fartura! Certamente nos trouxestes a este deserto para fazer esta multidão morrer de fome”.

Javé disse a Moisés; “Eis que vos farei chover pão do céu; sairá o povo e colherá a porção de cada dia”. E viram que pela manhã havia uma camada de orvalho ao redor do acampamento. Quando se evaporou a camada de orvalho que caíra, apareceu na superfície do deserto uma coisa miúda, granulosa, fina como a geada sobre a terra.

Tendo visto isso, os filhos de Israel disseram entre si: “Que é isso?” (hebr.: *man hú*). Disse-lhes Moisés: “Isto é o pão que Javé vos dá para vosso alimento”. A casa de Israel deu-lhe o nome de maná. Era como a semente de coentro, branco, e o seu sabor como bolo de mel.

Resumo de Ex 16

A explicação do “maná” dos hebreus não é uniforme: para uns trata-se de um líquen do deserto de consistência pulverulenta, que se depositava na superfície das pedras pela ação do orvalho sobre a fina poeira de pólen e partículas das plantas floríferas; para outros trata-se de exudações produzidas por plantas lenhosas como reação à picada de dois tipos de pulgões. O motivo de referir-se ao “maná” como “pão do céu” é sua origem celeste pela ação da atmosfera, durante a noite, sobre a terra ressecada e, por outro lado, é o fato de o “maná” ser um milagre, porque alimentava os israelitas em situação de fome e fortalecia-os para continuar seu caminho através do deserto até chegarem à Terra Prometida. O “maná” era dom divino porque unia-os entre eles e possibilitava a comunhão de vontades orientadas para Deus e comprometidas com o mesmo caminho, rumo ao país da promessa. Daí, o “maná” tornava-se sinal visível de que seu Deus não os abandonava, nem nas horas de culpa e infidelidade, quando se tinham rebelado contra o chamado divino para que abandonassem as panelas de carne no Egito e seguissem o caminho em busca da nova pátria.

Os israelitas na época dos Juizes

A migração de habitantes de Israel para países vizinhos devido à fome na terra de Israel é o tema da narração do *Livro de Rute*, e tem importância toda especial por ser marcante para o período pré-monárquico



de Israel. Por um lado, quer-se aludir à situação de carestia que, de tempos em tempos, assolava os habitantes da Palestina; por outro lado, visa-se fomentar a mentalidade de abertura, em oposição aos extremismos nacionalistas do século V a.C. da história de Israel. A lição que o leitor atento pode tirar dessas páginas consta na descrição dos personagens, em cujo perfil se vêem os traços de auto-estima que os flagelados, em situação de fome, não perderam. Trata-se de pobres em condição de carência, não de miseráveis aviltados pela penúria. Deles se ressalta o apego às tradições da fé, da família e da pátria que entre eles se mantinham vivas no mundo do trabalho e na convivência humana. A posteridade pode gloriar-se dos seus antepassados que não somente souberam superar situações de penúria, mas se esforçaram para sair vitoriosos ao procurar adquirir novo dinamismo que nem sequer imaginavam lhes fosse possível conseguir. Com efeito, são estes os antepassados em cuja linha genealógica figura a dinastia de Davi.

Israel no tempo da monarquia

Durante quatro séculos de história do povo de Israel vigorou o regime monárquico. Era um período de consolidação da população israelita que, por meio de uma infiltração pacífica em áreas devolutas, se assentou entre os habitantes autóctones de Canaã, passando paulatinamente de uma minoria a maioria dominante do país. Fato marcante do período monárquico é a organização administrativa do país de Israel sob o governo do rei Salomão. A divisão em doze territórios obedecia em parte às delimitações de terras e povoados desde a época dos Juizes, ao passo que algumas demarcações de distritos, cedidos a determinadas tribos com título de posse, originaram-se no período monárquico. O objetivo do governo central era assegurar a arrecadação de recursos para a manutenção da corte real em Jerusalém. Assim, cada um dos doze territórios tinha o ônus de arrecadar fundos para cobrir as despesas da corte durante um mês⁴, seja por meio da cobrança do dízimo dos produtos e do comércio, seja por meio da mobilização de trabalhadores, que eram obrigados a prestar serviços em obras públicas, à base do regime de corvéia. Nessas obras não estava incluída a construção de silos para armazenamento de cereais, destinados à comercialização e ao consumo da população em tempo de fome. Pois, naquele tempo, a tarefa da “assistência social” não

⁴ Cf. R. de VAUX, *op. cit.*, cap. 8, A administração do reino sob o governo de Salomão, p. 165.



cabia ao governo mas às próprias famílias. Por isso, a população em situação de fome não tinha como recorrer às instâncias do governo, mas dependia da partilha do pouco que outras famílias possuíam. Havia também pessoas carentes que eram forçadas a migrar para outras regiões em busca de sobrevivência, algumas como vítimas do desespero e outras como grupos minoritários em constante confrontação entre os desafios da realidade e as exigências de sua identidade sócio-religiosa⁵.

Épocas de fome e carestia são assunto de abordagem freqüente nos relatos históricos que constam na Bíblia. Digna de nota é a narração da carestia de três anos seguidos, cuja causa é atribuída à estiagem prolongada e também à maldição que pesava sobre o rei Saul (2Sm 21). No tempo de Elias (séc. IX a.C), o profeta associado ao fogo, alastrava-se uma seca no território de Samaria durante vários anos (1Rs 17,1). Por ocasião do cerco de Samaria, durante a incursão do exército dos aramaeus (2Rs 6,24), houve uma fome na região, cujos habitantes recorriam ao profeta Eliseu (séc. IX a.C) para que desse assistência aos esfomeados. O mesmo profeta deu assessoria à população carente em situação de fome prolongada durante sete anos (2Rs 8,1). Uma das causas da fome na Palestina são as conseqüências de uma seca periódica (2Rs 6,25-31 e 2Rs 7,1-2), como é mencionado também no livro dos profetas Amós (Am 8,11) e Jeremias (8,13ss, etc.). Outra causa era a praga de gafanhotos, cuja invasão esporádica no país causava uma devastação generalizada na vegetação, ocasionando a fome entre a população (Joel 1,1-20)). A terceira causa é do tipo conjuntural, como por exemplo o cerco da cidade pelo exército dos babilônios (587 a.C) e a pilhagem dos povoados pelas tropas inimigas (Jr 34,17-22).

O problema da fome nos Profetas

O surgimento dos profetas na história de Israel coincidiu com a instituição da monarquia. Isto se deve ao novo desafio que o Povo Eleito enfrentou com a passagem do regime tribal, no período dos Juizes, para o

⁵ A fidelidade à fé revelada ao Povo Eleito é uma das exigências mais sagradas que os israelitas tinham que cumprir não só na terra pátria mas também no estrangeiro. Pessoas carentes como indivíduos isolados corriam o perigo de se deixarem absorver pela cultura de sua nova pátria, como sinal de integração num mundo de novas relações humanas. Entretanto, a integração social não se equipara ao valor da pertença ao Povo Eleito e por isso não justifica a troca da identidade israelita por um pedaço de pão, como o profeta Jeremias ensinava aos refugiados no Egito (Jr 44,11-14).



regime estatal da nação. Substituiu-se a associação protetora de famílias e clãs israelitas por estruturas governamentais, institucionalizadas pelos regimes totalitários dos países pagãos. Para evitar a implantação desse tipo de governo em Israel surgiram os profetas, cujo papel era preservar a coesão social dos israelitas na comunidade de fé e na comunidade ética, instituídas pela Aliança sagrada⁶. Quando na época monárquica aumenta o número dos indigentes por causa da injustiça dos poderosos, ressoa a voz dos profetas nas mais diversas circunstâncias, seja da fome (Os 4,10), da seca (Am 8,11; Os 4,3; Jr 8,13ss) ou da doença, conclamando o povo para a promoção da justiça e a prática da solidariedade⁷. O que está em jogo é a existência do Povo Eleito como nação, que faz jus a um lugar na história quando assume a prática da fraternidade e da justiça social. Situações de agressão interna e externa, trazendo muitas vezes grave ameaça à própria sobrevivência nacional, são descritas nos textos dos profetas proferindo oráculos de retribuição punitiva sobre os responsáveis pelo descabro moral em todos os setores do país. Um retrospecto sobre a história da Antigüidade nos leva a constatar o fim trágico de povos — mencionados na literatura profética do AT — que sofreram o destino histórico das sociedades corruptas (cf. os oráculos contra as nações estrangeiras: Is 13-23; 34; Jr 25,13-38; 46-51; Ez 25-30). No séc. VIII a.C, os profetas Amós e Oséias proferiram oráculos de calamidade no país, vaticinando à população a seca na região do monte Carmelo (Am 1,2; 4,7ss) e uma fome geral (Am 4,6s; Os 4,10) em castigo pela opressão dos pobres (Am 2,6ss; 4,1.6; 5,11s). O profeta Isaias anuncia uma devastação e fome no país após derrotas e deportações infligidas pelos exércitos assírios (Is 8,21-23; 10,6), no final do séc. VIII a.C. Os oráculos do profeta Jeremias (séc. VII-VI a.C) vaticinam devastação do país e carestia entre a população (Jr 4,5-31; 6,1-30) por causa da invasão do exército babilônio e da seca (Jr 14-15). O profeta Ezequiel prega a mensagem de conversão ao israelitas em situação de fome (Ez 6,11-14; 14,21).

Em linguagem figurada, aplicou-se o termo “fome” à busca de alimento espiritual em analogia com o alimento material, como no seguinte oráculo de Amós:

⁶ Veja-se J.L. SICRE, *A Justiça Social nos Profetas*, (trad. C.F. da Silveira), São Paulo, Edições Paulinas, 1990, (Original espanhol 1984), p. 53-72. J. SCHARBERT, “Os mediadores da Aliança”, em *Mysterium Salutis* II/4, Petrópolis, Editora Vozes, 1971, p.162-168, esp. 164.

⁷ Sobre o tema da “promoção da justiça” veja-se L. STADELMANN, “Serviço da fé e promoção da justiça”, em *Convergência* (Revista mensal da CRB), Rio de Janeiro, Dezembro 2002, Ano 37, Nº 358, p. 628-636.



“Dias virão em que enviarei fome ao país, não uma fome de pão nem sede de água, mas de ouvir as palavras do SENHOR” (Am 8,11).

A terra de Israel no período exílico

Fato marcante desse período é o depauperamento da população dizimada devido à desapropriação de terras produtivas entre sitiadas desprovidos de técnicas agrícolas e pela falta de mão-de-obra qualificada para a produção dos meios de subsistência. Com efeito, os detentores do poder político e econômico da província da Samaria, encarregados pelos babilônios da administração do território da Judéia, promoveram uma forma de colonização mediante elementos locais: distribuíram entre a população, que se poderia chamar de subproletariado⁸ citadino e rural, as terras dos deportados (Jr 39,10; 52,16). Inicialmente a população campesina deve ter-se ressentido da chegada desses adventícios, provenientes de cidades e povoados devastados, por receberem de mão beijada terras com pomares, vinhedos, olivais e campos de lavoura (Jr 40,10). Mas esse ressentimento deve ter-se abrandado, ao retornarem à pátria todos os judeus refugiados em Moab, Amon e Edom (Jr 40,11s). Estava em jogo algo maior do que a subsistência de alguns: tratava-se da sobrevivência do Povo Eleito.

Israel no tempo pós-exílico

No livro do profeta Ageu encontram-se referências à situação de fome e pobreza da população de Judá (520 a.C.). Uma das propostas do profeta para o povo ajudar-se a si mesmo é mudar a mentalidade de derrotismo para uma atitude de confiança no bom êxito dos seus empreendimentos. A primeira é a restauração das instituições religiosas do povo israelita, e a segunda é fazer do Templo de Jerusalém um centro de irradiação e convergência dos israelitas de perto e de longe. Quando os peregrinos, vindos de países estrangeiros, afluírem a Jerusalém, haverá, segundo o profeta, um surto de entusiasmo religioso que contagiaria também a população local, influenciando-a a colaborar nas iniciativas de

⁸ Quanto ao termo “subproletariado”, convém esclarecer o seguinte: seria um anacronismo querer aplicar ao povo judeu de então os contrastes existentes em outros povos, passados ou presentes, entre “nobres” e “plebeus”, “capitalistas” e “proletariado”. Ao povo de Israel do tempo bíblico não é possível aplicar os critérios da divisão da população em diversas classes sociais, no sentido moderno de grupos cõscios de seus interesses e opostos entre si. Cf. R. de VAUX, *op. cit.*, p. 93.



gente empreendedora na implantação de soluções aos problemas de fome e depauperamento.

Surgiu também o profeta Zacarias na mesma época, promovendo a restauração não só do Templo mas também da liderança política e religiosa em nível nacional. De viva voz e por escrito, expôs a tarefa que Ihes cabia desempenhar, a saber, coordenar as iniciativas individuais e coletivas para promover a reconstrução da nação e a melhoria das condições de vida da população autóctone bem como dos repatriados.

O problema da fome não surgiu apenas das condições climáticas, com períodos de estiagem e deterioração do solo que se tornava cada vez mais sáfaro e cujo húmus pulverulento era levado pelo vento, mas havia o fator do desequilíbrio econômico que era responsável pela profunda crise da própria civilização antiga. Com a hegemonia do Império Persa sobre o próximo Oriente Médio (550-331 a.C.), implantou-se uma política de espoliação das riquezas dos países subjugados, a título de imposto sujeito ao fisco, e a concentração dos fundos monetários em mãos do governo central. Houve um esgotamento dos recursos em todo o império por falta da circulação dos bens renováveis e lucrativos postos a serviço da produção e do desenvolvimento, seja em forma de investimento nas obras públicas, seja em forma de rendimento e repartição do produto nacional. No advento do período helenista, constatou-se a enormidade do descalabro econômico causado pela administração persa quando as tropas gregas de Alexandre Magno invadiram os prédios do erário público nas sedes administrativas do império e descobriram montes de moedas de ouro e prata depositadas em várias salas⁹. Em consequência da situação espoliativa do governo persa, que vigorava em todas as províncias do Império, muitos judeus não suportaram mais tal situação e optaram por migrar da Judéia para outros países, procurando melhores condições de vida e sustento nas metrópoles. Por isso, tornou-se cada vez mais freqüente a evasão do campo e dos povoados e aumentava a migração para centros urbanos no estrangeiro, onde havia comunidades judaicas e possibilidade de integração social entre outros povos¹⁰. Como reflexo dessa situação de

⁹ Veja-se a abordagem sobre a situação econômica do governo persa no livro de M. ROSTOVITZ, *História da Grécia*, (Trd. E. Jorge), Rio de Janeiro, Zahar editores, 2ª ed., 1977, (Original inglês, 1963), cap. sobre o mundo grego após Alexandre: Política, Sociedade e Economia, p. 277ss.

¹⁰ Quanto aos emigrantes judeus que foram juntar-se à população judaica refugiada no Egito, constam dados históricos. Já no tempo do rei Sedecias (597-587 a.C.), após a conquista de Jerusalém, em 597 a.C., a comunidade judaica no Egito era tão numerosa que Jeremias a equiparava à comunidade de Jerusalém e do resto de Judá (Jr 24,8; etc.). Veja-se também F.K. KIENITZ, “Die Saïtische Renaissance”, em E. CASSIN, J. BOTTÉRO, J. VERCOUTER (org.), *Fischer Weltgeschichte, die altorientalischen Reiche III., die erste Hälfte des 1. Jahrtausends*. IV, Frankfurt, a.M. 1967, p. 276-282).



depauperamento surgiu uma reação na espiritualidade do Povo Eleito que, desde então, começava a referir-se aos fiéis como “pobres” (Is 11,4; 29,19; Jr 2,34; 5,28; 35,1-19): não por causa da situação de pobreza em que viviam ou porque tivessem optado por abraçar um estilo de vida mais modesto, mas porque sua espiritualidade se caracterizava pela fidelidade à religião javista, enfrentando o desafio da sobrevivência na pobreza na Terra Prometida, ao invés de ir em busca de melhores condições de vida no estrangeiro, como o fizeram muitos de seus contemporâneos¹¹. É preciso prestar-lhes o reconhecimento, como o fazem os salmistas (Sl 12,6; 68,11; 72,12; 82,4; 109,31; 113,7; 140,13), porque têm o mérito de terem conservado a fidelidade a Deus em meio a situações adversas e recordar que, graças a eles, foram legadas aos pósteros as tradições religiosas do javismo, tais como eram vividas na terra que as viu nascer.

Em vista da integração social dos israelitas na comunidade de fiéis surgiu a praxe de usar-se a palavra “pobres” para designar os membros dessa comunidade. Trata-se portanto de uma terminologia em uso no cadastro dos membros da comunidade judaica sem conotação religiosa ou econômico-social. Dessa expressão apropriaram-se os salmistas para referir-se aos fiéis do Povo Eleito. São eles os que exercem o papel de *mediação* dos dons de Deus para os membros da comunidade de fé. E graças à organização comunitária cada vez mais consciente, havia pão na mesa desses “pobres” quando sofriam fome.

“Abençoarei copiosamente suas provisões e de pão saciarei seus pobres” (Sl 132,18).

Na terminologia aplicada aos membros da comunidade ética, era praxe identificá-los com o termo “justo”.

“Nunca vi um justo abandonado nem seus descendentes mendigando pão” (Sl 37,25).

¹¹ Os textos bíblicos sobre os “pobres e oprimidos pela vida” foram interpretados de várias maneiras pelos exegetas. A primeira explica tratar-se do “partido dos pobres”, que visaria organizar uma sociedade alternativa em Israel; a segunda argumenta acerca do “movimento dos pobres”, cujo objetivo seria a reconstituição do tecido social por meio da integração dos marginalizados na estrutura orgânica da sociedade israelita; a terceira fala em “espiritualidade dos pobres”, expressão ambígua, podendo o complemento nominal de “espiritualidade”, como genitivo objetivo, significar que a espiritualidade tem os pobres por objeto. Entretanto, os textos bíblicos não apresentam os pobres como modelos de imitação e muito menos os idealiza. Eles são descritos em termos que não despertam nossa admiração, mas, ao contrário, nos inspiram comiseração.



Os membros do Povo Eleito estavam cômicos dos laços de amizade que os unia a Deus por meio da Aliança sagrada.

“É inútil que vos levanteis cedo e retardeis o repouso, comendo o pão das labutas. Ao seu amigo, que dorme, Ele (Deus) dará outro tanto” (Sl 127,2).

O Povo de Deus no Novo Testamento

O milagre da “multiplicação dos pães” é narrado no Evangelho (Mt 14,13-21 // Mc 6,30-44 // Lc 9,10-17 // Jo 6,1-15) como intervenção de Jesus Cristo, que percebe a carência, tem compaixão realista, e entra em ação, nela envolvendo seus discípulos. O motivo de constar este milagre no Evangelho é a ênfase na necessidade fundamental tanto do alimento espiritual (a Palavra de Deus) como também do alimento material (pão). Deus como benfeitor é quem dá seus dons às criaturas por meio de Cristo através da comunidade. A razão de mencionar-se os peixes é o costume de então de comer pão com peixes secos na refeição em viagem. Podemos mencionar outros aspectos relevantes neste milagre. Em primeiro lugar, a abundância de dons é simbolizada pela multidão de gente, pela fartura do alimento e pela quantidade das sobras que foram recolhidas em doze cestos. Em segundo lugar, o milagre se realiza sob as mãos dos discípulos como participantes da ação divina e não como agentes autônomos, pois ao fim da distribuição só restaram sobras. Em terceiro lugar, a ação dos discípulos prefigura a função da Igreja como mediação dos dons de salvação para todos os povos. É de notar-se que os objetivos da pastoral social da Igreja foram integrados, posteriormente, na constituição jurídica de vários povos. Foram instituídas estruturas de apoio às populações carentes, visando prevenir situações de fome generalizada. Implantou-se o sistema de assistência social assumida pelo governo central e instituída em âmbito estadual e municipal.

A obra da assistência social da Igreja nascente é mencionada várias vezes no início do cristianismo como iniciativa das comunidades cristãs (At 6,2). Foi assumida naquele tempo como um dos sinais de credibilidade, que a sociedade exigia da Igreja, como por exemplo, a assistência aos que tinham fome. As ações concretas da ação pastoral concernente ao social eram realizadas concomitantemente, embora em dois momentos distintos: a distribuição do sopão aos famintos e a evangelização dos



participantes, isto é, “serviço à mesa e pregação da palavra” (At 6,2)¹². Trata-se do método de evangelização muito eficaz que valoriza a vida da Igreja alimentando os fiéis. A pastoral social da Igreja tem sua inspiração no compromisso evangélico. O lema que serve de inspiração e impulso é a opção preferencial pelos pobres que se empenha na *libertação* de todas as suas carências e também na *inserção* social através da integração nas comunidades de fé e finalmente na *evangelização*, visando abrir-lhes os olhos para a vocação transcendente¹³.

Por ocasião de “uma grande fome em toda a terra” no tempo do imperador Cláudio (41-54 d.C), nasceu a iniciativa de organizar-se uma coleta em várias comunidades cristãs em favor dos cristãos carentes na Judéia (At 11,27-30). Tal iniciativa teve o aval do apóstolo Paulo, que posteriormente organizava freqüentes coletas entre os cristãos em favor dos irmãos na fé que passavam fome naquela região (Rm 15,26; 1 Cor 16,1; Gl 2,10). O fato se deve à carência dos meios de subsistência dos cristãos por causa do desemprego ou do boicote dos negócios pelos judeus. Mas o apóstolo queria despertar não somente a *solidariedade* entre os cristãos de vários países, mas também visava estreitar os laços de *união* entre as recém fundadas comunidades e a Igreja-Mãe em Jerusalém. Visava também dar um ensinamento sobre a orientação inteiramente voltada ao centro de convergência e irradiação da fé cristã, tal como foi instituída na Igreja desde a sua origem.

Conclusão

A ação social é necessária para que as vítimas da fome do nosso tempo não se constituam permanentemente em indivíduos marginalizados e excluídos da sociedade. É tarefa das entidades locais desenvolverem

¹² A perspectiva teológica do evangelista S. Lucas a respeito dos “pobres”, que aparece no *Livro dos Atos dos Apóstolos*, tem em vista não só os inícios modestos do cristianismo e a difusão da religião cristã entre os indivíduos menos aquinhoados com as vantagens da sociedade para expandir-se a partir daí aos grupos mais seletos de cidadãos, mas sobretudo quer refutar uma opinião em voga na Antigüidade de que com os “pobres” não é possível constituir uma sociedade. Pensava-se, de modo geral, que os “pobres” eram excluídos porque era impossível integrá-los no tecido social. Hoje divulgam-se outras opiniões a respeito dos pobres. Mencionamos três que foram enunciadas em pronunciamentos de George W. Bush: a primeira atribui a causa da pobreza à inércia dos próprios indivíduos que não se esforçam por sair de sua situação de carência; a segunda explica a causa em termos de ignorância dos próprios indivíduos que não sabem como ajudar-se a si mesmos; a terceira situa a causa na revolta contra a sociedade, desembocando no terrorismo, sendo essa a mais grave por igualar os pobres com os delinquentes e criminosos. Tal opinião baseia-se no total desconhecimento do fato de que a desigualdade entre indivíduos, grupos sociais e povos, não altera a radical igualdade da pessoa com base na dignidade humana.

¹³ João Paulo II, *Alocução Operários de Monterrey*, AAS LXXI, p. 1153.



programas com medidas inovadoras para fazê-los participar de obras comunitárias. O imperativo da ação social deriva da necessidade de todos praticarem a virtude da solidariedade. Juntamente com a obra assistencial em favor dos carentes, é preciso concretizar o resultado da *ação preventiva* contra o depauperamento, antagonismos de interesses e de grupos, discriminação, desemprego e subemprego, marginalização social, desnutrição, migrações descontroladas, delinqüência. Isto exige não raro o recurso às instâncias públicas e ao poder econômico, através de subvenções, concessões, doações, isenções fiscais etc. em benefício de empresas que, apesar da conjuntura econômica instável do país, registram um certo crescimento do número de vagas. A omissão em tomar medidas eficazes tem como conseqüência a instabilidade social e política, a fuga de capital de investimento, o desaquecimento da economia, o sucateamento do parque industrial, a desestabilização das estruturas políticas e sociais, o conflito com a ocupação de propriedades rurais e urbanas por ativistas ou empresas nacionais e transnacionais, e finalmente a deteriorização da vida nas cidades sitiadas pela miséria desumana das periferias.

Um olhar retrospectivo sobre os textos da Bíblia mostra como cada geração tem de encontrar meios para resolver seus problemas precisamente em nível comunitário, e esforçar-se por recuperar a dignidade da pessoa humana, quando condições infra-humanas a aviltam. Convém ter presente o agravamento da carência de recursos nos grandes centros urbanos, cuja demanda é cada vez maior por causa das migrações descontroladas que ali se concentram. Destarte, em vez de resolver o problema econômico e social em áreas de pobreza endêmica deslocar para outras regiões do país, quando pelo contrário corporações de empresas estatais e organismos internacionais de empréstimo estrangeiro poderiam auferir parte do próprio capital ou uma parcela dos juros da dívida externa para investir em projetos para recuperação e melhoria das áreas de risco, a fim de que sejam úteis para o desenvolvimento humano e ambiental. Finalmente importa assinalar que a melhoria do nível de vida não só de um grupo de migrantes, mas de toda uma região beneficia o país, quando se vincula a ecologia ambiental com a ecologia humana.

Endereço do Autor:

Caixa postal 153

88010-970 Florianópolis, SC

email: peluis@colegiocatarinense.g12.br